



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, março/2007

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Bernard Appy

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Tarcísio José Massote de Godoy

**CHEFE DE GABINETE**

Márcio Leão Coelho

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Leandro Giacomazzo

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** [cesef.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:cesef.df.stn@fazenda.gov.br)

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 2, fevereiro 2007. 36 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

O resultado primário do Governo Central em fevereiro de 2007 foi superavitário em R\$ 3,3 bilhões, contra R\$ 11,8 bilhões obtido em janeiro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 6,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 18,8 milhões, respectivamente. A redução do resultado do Governo Central no mês está associada ao comportamento sazonal das receitas tributárias em janeiro. Em especial, destaca-se o pagamento, relativo a fatos geradores apurados no último trimestre do ano anterior, da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, e da cota-parte de compensações financeiras. Além disso, houve em janeiro ingresso de dividendos pagos pela Petrobras, sem correspondência no mês em análise. As contas da Previdência apresentaram relativa melhora no mês. De um lado, a receita manteve sua trajetória de alta, em linha com a criação líquida de novos empregos formais. De outro, as despesas com benefícios previdenciários apresentaram crescimento menor do que em anos anteriores.

*O resultado primário do Governo Central no primeiro bimestre de 2007 atinge R\$ 15,1 bilhões, praticamente o dobro do obtido em igual período do ano anterior. O comportamento menos dinâmico das despesas no início deste exercício explica boa parte da melhora obtida.*

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JAN 2007	FEV 2007	JAN-FEV 2006	JAN-FEV 2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>52.058,0</b>	<b>43.184,5</b>	<b>84.133,6</b>	<b>95.242,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>42.523,7</b>	<b>32.613,4</b>	<b>66.408,7</b>	<b>75.137,1</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	43.083,3	32.720,5	67.224,6	75.803,9
I.1.2. (-) Restituições	-559,7	-107,1	-815,9	-666,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>9.477,2</b>	<b>10.436,8</b>	<b>17.522,3</b>	<b>19.914,0</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>57,1</b>	<b>134,3</b>	<b>202,6</b>	<b>191,4</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.133,4</b>	<b>8.892,8</b>	<b>15.708,3</b>	<b>17.026,3</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>43.924,5</b>	<b>34.291,6</b>	<b>68.425,3</b>	<b>78.216,2</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>32.097,8</b>	<b>30.979,0</b>	<b>60.829,5</b>	<b>63.076,8</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>18.808,8</b>	<b>17.593,6</b>	<b>35.825,5</b>	<b>36.402,3</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	10.223,0	8.829,4	18.101,8	19.052,4
IV.1.2. Custeio e Capital	8.592,5	8.689,3	17.655,2	17.281,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	851,1	821,2	1.480,1	1.672,3
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	321,8	429,6	2.621,3	751,3
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.052,8	1.046,3	1.703,4	2.099,0
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.366,8	6.392,3	11.850,4	12.759,1
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	-6,7	74,9	68,5	68,1
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>13.173,2</b>	<b>13.232,3</b>	<b>24.807,2</b>	<b>26.405,6</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>115,8</b>	<b>153,1</b>	<b>196,9</b>	<b>268,9</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>11.826,7</b>	<b>3.312,6</b>	<b>7.595,8</b>	<b>15.139,4</b>
V.1. Tesouro Nacional	15.581,5	6.127,0	14.875,0	21.708,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.696,0	-2.795,6	-7.284,9	-6.491,6
V.3. Banco Central (4)	-58,7	-18,8	5,7	-77,5
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>2,13%</b>	<b>3,94%</b>

(\*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>13,2%</b>
Tesouro	13,1%
Previdência	13,6%
<b>Transferências</b>	<b>8,4%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>14,3%</b>
<b>Despesas</b>	<b>3,7%</b>
Benefícios	6,4%
Pessoal	5,3%
Custeio e Capital	-2,1%
<b>PIB estimado</b>	<b>8,0%</b>

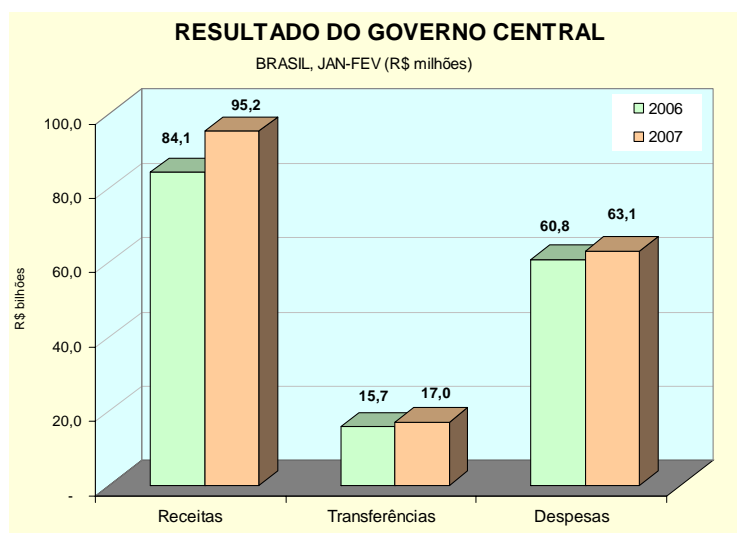
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,18%	5,65%
Previdência Social	-2,05%	-1,69%
Banco Central	0,00%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>2,13%</b>	<b>3,94%</b>

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,64%	24,78%
Transferências	4,41%	4,43%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,22%</b>	<b>20,35%</b>
Despesa Total	17,09%	16,41%
<b>Resultado Primário</b>	<b>2,13%</b>	<b>3,94%</b>

*O valor estimado do PIB corrente para fins de evolução das contas públicas nesta nota leva em conta as mudanças recentes na metodologia de cálculo pelo IBGE. Com a nova metodologia receitas, despesas e estoque de dívida referenciados ao PIB ficaram inferiores às apresentados na nota do mês de janeiro.*

No ano, o resultado primário é praticamente duas vezes superior, em termos nominais, ao obtido no primeiro bimestre de 2006 (R\$ 15,1 bilhões, em 2007, contra R\$ 7,6 bilhões, em 2006). As receitas cresceram acima das expectativas de desempenho da economia e evolução dos níveis gerais de preços, mesmo após as medidas adicionais de desoneração tributária adotadas após janeiro de 2006. Com efeito, a receita total do Governo Central em 2007 cresceu R\$ 11,1 bilhões (13,2%), quando comparada à do primeiro bimestre de 2006. Em especial, no caso da receita do Tesouro Nacional, destaca-se o comportamento do IRPJ (aumento de 17,8%) e da CSLL (14,8%), devido ao maior volume de antecipação de pagamentos relativos à declaração de ajuste de parte das instituições financeiras, à maior recuperação de débitos em atraso (depósitos administrativos e judiciais) e à arrecadação desses tributos com base no faturamento de determinados setores (telecomunicações, metalurgia, veículos automotores e produtos químicos). Além disso, merece destaque o aumento da receita com IRPF (53,9%), devido a ganhos de capital na alienação de bens e a depósitos judiciais atípicos. Por fim, as outras receitas cresceram em decorrência do recolhimento de dividendos pela Petrobras em valor duas vezes superior ao realizado em janeiro de 2006 (R\$ 1,4 bilhão em 2007, contra R\$ 706,9 milhões no ano anterior).

*O aumento do superávit do Governo Central nos meses de janeiro e fevereiro de 2007, relativamente a igual período de 2006, está associado à lucratividade e ao faturamento de determinados setores, com impacto positivo sobre a receita de IRPJ e CSLL deste ano, e a fatores ocorridos no ano anterior sem correspondência em 2007, tais como o volume de precatórios pagos da Previdência, sentenças judiciais e a capitalização da Emgea.*



As transferências a estados e municípios cresceram 8,4% (R\$ 1,3 bilhão) em termos nominais, com destaque para os repasses do salário-educação superiores aos do primeiro bimestre de 2006 em 36,6% (R\$ 309,0 milhões). Por outro lado, o repasse a título de compensação ou auxílio aos estados exportadores somou R\$ 3,9 milhões até fevereiro, contra R\$ 447,2 milhões no mesmo período do ano anterior. As transferências constitucionais (FPE e FPM), por sua

vez, cresceram 10,6% (R\$ 1,3 bilhão) no período, acima da estimativa atual de crescimento do PIB (8,0%), em linha com o comportamento dos tributos partilhados decencialmente, especialmente do Imposto de Renda.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 1,6% (R\$ 576,9 milhões) em termos nominais, relativamente às verificadas no primeiro bimestre de 2006. Destaque para a redução das despesas de custeio e capital em 2,1% (R\$ 373,3 milhões), em grande medida devido à capitalização da Emgea ocorrida no ano anterior (R\$ 1,5 bilhão), sem correspondência em 2007, e ao montante menor de sentenças judiciais deste ano (R\$ 26,9 milhões, contra R\$ 755,2 milhões no primeiro bimestre de 2006). Por outro lado, as despesas assistenciais com LOAS e RMV mantiveram seu ritmo de crescimento (23,2% no ano), acompanhando o aumento do salário mínimo em termos reais e o ajuste dos parâmetros de admissão de beneficiados (e.g., redução de idade e regras mínimas para percepção do benefício).

O aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais no bimestre foi de 5,3% (R\$ 950,6 milhões), em termos nominais, em relação a igual período de 2006. Além do pagamento da reestruturação das carreiras dos Poderes, contribuíram para o crescimento da folha o reajuste diferenciado concedido a algumas carreiras estratégicas do setor público ao longo do ano de 2006. Por outro lado, houve redução de R\$ 1,4 bilhão no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal (R\$ 1,5 bilhão em 2006, contra R\$ 213,4 milhões até fevereiro deste ano).

Por fim, o crescimento relativamente menor do déficit da Previdência Social relativamente à mesma base de comparação de 2006 deve-se em parte à excepcional concentração de despesas com o pagamento de precatórios judiciais no início daquele ano, atingindo o montante de R\$ 1,8 bilhão, enquanto em janeiro e fevereiro de 2007 tais gastos perfizeram somente R\$ 354,2 milhões. Por outro lado, a arrecadação líquida apresentou aumento de 13,6%, especialmente devido às contribuições previdenciárias, que passaram de R\$ 18,0 bilhões para 20,1 bilhões (elevação de 14,7%), na esteira da elevação da massa salarial que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Ademais, foi relevante o comportamento da arrecadação do Simples, que cresceu 23,9% (R\$ 263,8 milhões) no período.

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 32,7 bilhões em fevereiro, apresentando diminuição de R\$ 10,4 bilhões (24,1%) em relação a janeiro. Basicamente, três fatores explicam esse comportamento sazonal: i) pagamento,

*Até fevereiro deste ano, as despesas do Tesouro Nacional cresceram relativamente menos do que as demais rubricas do orçamento devido a fatores atípicos de 2006 sem correspondência neste ano; porém manteve-se o ritmo de crescimento das despesas assistenciais, tais como LOAS e RMV.*

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	17.522,3	19.914,0	13,6%
Benefícios	24.807,2	26.405,6	6,4%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-7.284,9</b>	<b>-6.491,6</b>	<b>-10,9%</b>

**Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior**

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2006-2007 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/07	FEV/07
<b>Impostos</b>	<b>17.091,3</b>	<b>14.290,3</b>
Imposto de Renda	13.106,7	10.580,7
IPI	2.461,6	2.326,9
Outros	1.523,1	1.382,7
<b>Contribuições</b>	<b>19.122,0</b>	<b>15.624,0</b>
Cofins	8.527,1	7.305,1
CPMF	2.912,4	2.716,6
CSLL	3.488,8	2.475,5
Cide - Combustíveis	687,3	617,6
Outras	3.506,4	2.509,1
<b>Demais</b>	<b>6.870,1</b>	<b>2.806,3</b>
Cota parte	2.677,7	726,6
Diretamente Arrecadada	1.600,3	1.142,7
Dividendos da União	1.416,1	43,9
Outras	1.174,9	893,2
<b>Total Bruto</b>	<b>43.083,3</b>	<b>32.720,5</b>

1) Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

em janeiro, da primeira quota ou quota única do IRPJ e da CSLL relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior; ii) maior volume de vendas no mês de dezembro em relação ao mês de janeiro, o que acarreta variação negativa na arrecadação dos tributos com fato gerador no mês anterior (Cofins e IPI); e iii) menor número de dias úteis no mês de fevereiro em relação ao mês de janeiro, o que afeta negativamente a arrecadação de tributos cujo fato gerador recai no próprio mês da arrecadação (imposto de importação e IPI vinculado). Ressalta-se, ainda, a queda na arrecadação do salário-educação (473,7 milhões) e do PIS/Pasep (R\$ 400,7 milhões).

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 2,8 bilhões, contra R\$ 6,9 bilhões do mês anterior, representando queda de R\$ 4,1 bilhões. Os seguintes fatores contribuíram para essa retração: i) redução de R\$ 2,0 bilhões referente à participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, resultante do recolhimento realizado no mês anterior; ii) redução de R\$ 1,4 bilhão na arrecadação de dividendos da União; iii) diminuição de R\$ 458,7 milhões nas receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública; e iv) redução de R\$ 80,5 milhões na receita de concessões.

## Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro bimestre de 2007, a receita bruta do Tesouro alcançou 19,72% do PIB, acréscimo de 0,83 ponto percentual em relação à proporção verificada no mesmo período de 2006, que foi de 18,89% do PIB. Em termos nominais, a receita bruta totalizou R\$ 75,1 bilhões contra R\$ 66,4 bilhões no primeiro bimestre de 2006.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Impostos</b>	<b>7,67%</b>	<b>8,16%</b>
Imposto de Renda	5,74%	6,16%
IPI	1,22%	1,25%
Outros	0,71%	0,76%
<b>Contribuições</b>	<b>8,85%</b>	<b>9,04%</b>
Cofins	4,17%	4,12%
CPMF	1,33%	1,46%
CSLL	1,46%	1,55%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,34%
Outras	1,56%	1,56%
<b>Demais</b>	<b>2,37%</b>	<b>2,52%</b>
Cota parte	0,95%	0,89%
Diretamente Arrecadada	0,62%	0,71%
Dividendos da União	0,24%	0,38%
Outras	0,56%	0,54%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,89%</b>	<b>19,72%</b>

No caso dos impostos, deve-se destacar o crescimento observado na arrecadação relativa ao IR sobre ganhos de capital, rendimentos do trabalho, remessas ao exterior e maior antecipação de pagamentos relativos à declaração de ajuste do IRPJ por parte das instituições financeiras. Adicionalmente, o crescimento nominal de 15,0% foi positivamente influenciado pela arrecadação do imposto de importação e do IPI vinculado às importações, resultado, entre outros fatores, da elevação de 27,0% no valor em dólar das importações tributadas. As contribuições apresentaram variação positiva de R\$ 3,2 bilhões (10,3%). Destaca-se o crescimento da arrecadação da CSLL e do IRPJ, com base no faturamento, especialmente nos setores de fabricação de veículos automotores (175,3%), telecomunicações (132,6%), fabricação de produtos químicos (52,7%) e metalurgia (49,5%).

A arrecadação das demais receitas apresentou acréscimo de R\$ 1,3 bilhão (14,9%), comparativamente ao primeiro bimestre de 2006. Esse resultado é decorrente, basicamente, do aumento de R\$ 611,9 milhões (72,2%) na receita com dividendos e de R\$ 534,0 milhões (24,2%) na receita diretamente arrecadada.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,9 bilhões em fevereiro contra R\$ 8,1 bilhões em janeiro. Concorreram para tal comportamento o aumento de R\$ 453,4 milhões (7,1%) nas transferências para o FPE e para o FPM, reflexo da evolução da arrecadação nos decêndios que compõem a base de cálculo e a elevação de R\$ 967,4 milhões no repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, recolhidos no final de janeiro. Por outro lado, a transferência em janeiro (sem correspondência em fevereiro) de recursos da CIDE-Combustíveis significou redução de R\$ 479,1 milhões nas transferências.

Relativamente à prestação de auxílio financeiro a estados e municípios com o objetivo de fomentar as exportações, deve-se destacar que o Orçamento Geral da União de 2007 contempla um valor total de R\$ 3,9 bilhões a esse título, estando a sistemática de repasse em fase de regulamentação. Parte dessas transferências (R\$ 975,0 milhões) foi regulamentada pela MP nº 355/2007, que explicitou valor de R\$ 650,0 milhões para entrega a estados e municípios no mês de fevereiro, na forma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. A transferência foi realizada no último dia útil de fevereiro e, por conseguinte, o efeito financeiro só se fará sentir no mês de março.

Na comparação entre o primeiro bimestre de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo da ordem de R\$ 1,3 bilhão (8,4%), evoluindo de R\$ 15,7 bilhões em 2006 para R\$ 17,0 bilhões em 2007. Destaca-se o incremento das transferências constitucionais que, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas, superaram em R\$ 1,3 bilhão (10,6%) as transferências realizadas no mesmo período de 2006.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 17,6 bilhões em fevereiro, contra R\$ 18,8 bilhões no mês anterior. A redução de R\$ 1,2 bilhão (6,5%) decorre da sazonalidade das despesas com pessoal e encargos (redução de R\$ 1,4 bilhão), apesar do pequeno acréscimo de R\$ 96,8 milhões (1,1%) nas despesas de custeio e capital.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	708,5	1.415,4
ECT	91,9	-
IRB	39,0	-
Serpro	-	29,4
Demais	8,7	15,2
<b>Total</b>	<b>848,1</b>	<b>1.460,0</b>

## Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/07	FEV/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.399,7	6.853,1
CIDE-Combustíveis	479,1	-
Lei Complementar nº 115/2002 /1	3,9	-
Demais	1.250,8	2.039,7
<b>Total</b>	<b>8.133,4</b>	<b>8.892,8</b>

/1 Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	JAN/07	FEV/07
Terceiro Decênio	8.040,1	8.959,2
Primeiro Decênio	3.637,2	4.012,8
Segundo Decênio	2.338,7	2.091,1
<b>Total</b>	<b>14.015,9</b>	<b>15.063,1</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,37%	3,45%
Constitucionais (CIDE-Combustív)	0,13%	0,12%
Lei Complementar nº 115/2002 /1	0,13%	0,00%
Demais	0,80%	0,86%
<b>Total</b>	<b>4,41%</b>	<b>4,43%</b>

/1 Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/07	FEV/07
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>10.223,0</b>	<b>8.829,4</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>8.592,5</b>	<b>8.689,3</b>
Despesas do FAT	851,1	821,2
Subsídios e Subvenções /1	321,8	429,6
LOAS/RMV	1052,8	1046,3
Outras	6.366,8	6.392,3
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>-6,7</b>	<b>74,9</b>

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	JAN/07	FEV/07
<b>Agricultura</b>	<b>187,4</b>	<b>424,2</b>
Custeio Agropecuário	0,8	99,0
Investimento Rural	4,7	0,0
Preços Agrícolas	162,8	221,3
- EGF	-	0,4
- AGF	12,8	(105,2)
- Sustentação de preços	150,0	326,0
Pronaf	17,0	89,3
Pesa	2,2	14,6
Cacau	-	-
Fundo da Terra/Incra	23,6	19,4
<b>Outras áreas</b>	<b>(54,0)</b>	<b>(164,7)</b>
Habituação (PSH)	-	-
Exportação (Proex)	(36,0)	(131,3)
FND (BNDES)	(41,6)	(52,8)
<b>Total</b>	<b>133,4</b>	<b>259,5</b>

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JAN/07	FEV/07
Sentenças Judiciais	15,7	11,2
Legislativo/Judiciário	402,5	346,2
Crédito Extraordinário	511,9	233,5
Projeto Piloto de Investimento/3	171,0	125,6
Outras Obrigatórias/1	34,5	53,9
Discionárias/2	5.231,2	5.621,9
d/q Min. da Saúde	2.803,4	3.098,5
Min. do Des. Social	538,6	754,8
Min. da Defesa	182,4	344,5
Min. da Fazenda	5,1	89,4
Min. da Ciência e Tecnologia	155,1	192,1
Gab. da Presidência	28,0	52,0
Min. Dos Transportes	162,8	65,3
Min. da Educação	580,7	507,9
Min. Da Integração Nacional	102,2	31,7
Demais	672,9	486,6
<b>Total</b>	<b>6.366,8</b>	<b>6.392,3</b>

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.  
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária.  
/3 Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.  
/4 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

## Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas de pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 10,2 bilhões em janeiro para R\$ 8,8 bilhões em fevereiro. A redução de 13,6% é explicada pela concentração dos pagamentos relativos às férias dos servidores em dezembro, assim como do 13º salário do funcionalismo público do Poder Executivo naquele mês, com impacto financeiro no mês de janeiro, sem equivalente em fevereiro de 2007.

Os gastos com custeio e capital totalizaram R\$ 8,7 bilhões em fevereiro, acréscimo de R\$ 96,8 milhões (1,1%) em relação ao mês anterior. A principal razão foi o crescimento de 33,5% nos gastos com subsídios, subvenções e reestruturação de passivos, que passaram de R\$ 321,8 milhões para R\$ 429,6 milhões, de outras despesas de custeio e capital que registraram variação positiva R\$ 25,5 milhões (0,4%). Por outro lado, houve redução de 3,5% nas despesas do FAT e desempenho similar ao do mês de janeiro nas despesas da LOAS/RMV.

No caso dos gastos com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos, o incremento de R\$ 107,8 milhões pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de R\$ 326,0 milhões (117,4%), em relação ao mês anterior, nas despesas de equalização relativas ao crescimento da demanda de desembolso líquido para o Programa de Sustentação de Preços. Os gastos de custeio agropecuário passaram de R\$ 0,8 milhão em janeiro para R\$ 99,0 milhões em fevereiro. Também ocorreram desembolsos de R\$ 89,3 milhões nas despesas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), frente uma despesa de R\$ 17 milhões em janeiro. Por outro lado, verificaram-se retornos líquidos no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações – Proex (R\$ 131,3 milhões) e Aquisição do Governo Federal (R\$ 105,2 milhões).

As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 821,2 milhões, frente a R\$ 851,1 milhões em janeiro, registrando decréscimo de R\$ 29,9 milhões (3,5%). Os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) atingiram R\$ 1,0 bilhão (variação de menos 0,6%), mantendo-se praticamente no mesmo patamar de janeiro.

Em fevereiro de 2007, as despesas do Tesouro Nacional registraram R\$ 36,4 bilhões, aumento de R\$ 576,9 milhões em relação a 2006 (1,6%). Destaca-se o decréscimo de R\$ 373,3 milhões (2,1%) nos gastos com custeio e capital, associado a despesas de subsídios, subvenções e reordenamento de passivos, cuja redução foi de R\$ 1,9 bilhão (71,3%). Despesas com LOAS/RMV e o Fun-



do de Amparo ao Trabalhador - FAT (seguro-desemprego, abono salarial e outras) aumentaram R\$ 395,7 milhões (23,2%) e R\$ 192,3 milhões (13,0%), respectivamente, em relação ao mesmo período de 2006. O crescimento das outras despesas de custeio e capital foi de R\$ 908,7 milhões (7,7%), principalmente no âmbito dos Ministérios da Saúde e Educação. Também se observou maior execução de créditos extraordinários em fevereiro, no valor de R\$ 745,5 milhões, frente a R\$ 218,3 milhões no mesmo período de 2006 (crescimento de 241,5%).

A elevação das despesas com pessoal e encargos sociais de R\$ 950,6 milhões (5,3%) em relação ao ano anterior decorreu, em grande medida, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares. Além disso, contribuíram para o incremento das despesas o reajuste diferenciado concedido a algumas carreiras estratégicas do setor público ao longo do ano de 2006. Por outro lado, deve-se registrar o pagamento de R\$ 213,4 milhões em precatórios e sentenças judiciais no ano de 2007, frente à despesa de R\$ 1,5 bilhão no mesmo período de 2006, decréscimo de R\$ 1,4 bilhão (85,6%).

Nos gastos de custeio e capital, a redução de R\$ 373,3 milhões (2,1%) decorreu da significativa queda na rubrica de subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, no valor de R\$ 1,9 bilhão (diminuição de 71,3%). Tal redução decorreu da despesa relativa à capitalização da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) verificada em janeiro de 2006 no montante de R\$ 1,5 bilhão, sem correspondente em 2007. Houve também redução de R\$ 187,4 milhões (34,3%) nos gastos com subvenções aos fundos regionais, cuja despesa em janeiro de 2006 refletiu, de forma expressiva, o ajuste no critério de provisionamento que passou a seguir as regras da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

As despesas com o FAT passaram de R\$ 1,5 bilhão em fevereiro de 2006 para R\$ 1,7 bilhão no mesmo período de 2007 (13,0%). Isso se explica pelo aumento de 14,2% nos gastos com abono e seguro-desemprego, não obstante a redução de 33,7% nas demais despesas do FAT (treinamento e qualificação profissional).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>5,09%</b>	<b>4,96%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,96%</b>	<b>4,50%</b>
Despesas do FAT	0,42%	0,44%
Subsídios e Subvenções /1	0,74%	0,20%
LOAS/RMV	0,48%	0,55%
Outras	3,33%	3,32%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,02%</b>	<b>0,02%</b>

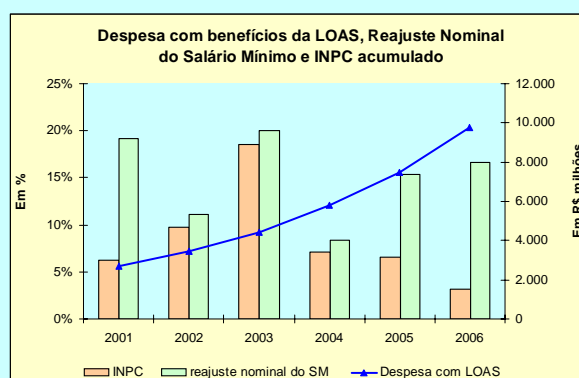
/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2006	2007
<b>Agricultura</b>	<b>690,4</b>	<b>654,6</b>
Custeio Agropecuário	33,9	99,8
Investimento Rural	300,4	4,7
Preços Agrícolas	135,8	384,0
- EGF	0,8	0,4
- AGF	17,2	-92,5
- Sustentação de preços	117,8	476,0
Pronaf	65,0	106,4
Pesa	105,1	16,8
Cacau	0,6	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	49,5	43,0
<b>Outros</b>	<b>-97,3</b>	<b>-261,7</b>
Habitação (PSH)	3,0	0,0
FND	-91,6	-94,4
Exportação (Proex)	-8,7	-167,3
<b>Total</b>	<b>593,1</b>	<b>393,0</b>

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.  
/2 Dados revisados

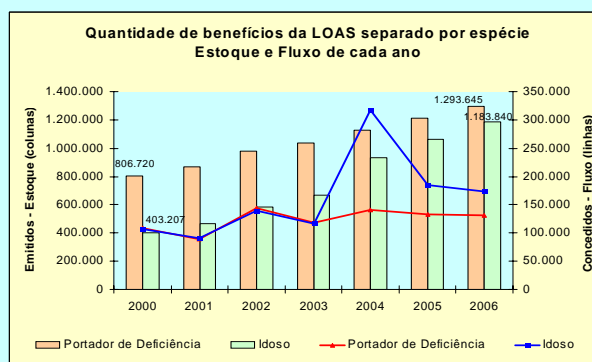
**Boxe 1 – Evolução das despesas com o benefício da LOAS entre 2001 e 2006**

O benefício assistencial da LOAS consiste no pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Além disso, é necessário que a renda *per capita* familiar seja inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Verifica-se que as despesas com esses benefícios passaram de R\$ 2,7 bilhões em 2001 para R\$ 9,7 bilhões em 2006. São dois os fatores que afetam seu comportamento: i) o reajuste do salário-mínimo, pela existência de vinculação; e ii) a quantidade de benefícios pagos. O gráfico a seguir demonstra o crescimento dessa despesa, os aumentos do salário-mínimo concedidos e o INPC acumulado nos períodos correspondentes de cada ano. Verifica-se uma aceleração mais acentuada a partir de 2004, explicada, em grande parte, pelos maiores reajustes concedidos ao salário mínimo.



Além de tal efeito, verifica-se também grande crescimento na quantidade de benefícios pagos. O gráfico a seguir apresenta essas quantidades segregadas por espécie, ou seja: idoso e portador de deficiência. Em ambos os casos o crescimento na quantidade foi acentuado; porém, no caso do idoso, tal crescimento foi três vezes maior que no caso dos portadores de deficiência. Fator fundamental para explicar esse aumento é o Estatuto do Idoso (Lei nº. 10.741/2003), que entrou em vigor em janeiro de 2004. Dentre outras medidas, o art. 34 dessa Lei reduziu de 67 anos para 65 anos a idade mínima para ser elegível ao benefício, e alterou o cálculo da renda máxima exigida para a concessão. Pelo Estatuto, para o cálculo do limite máximo da renda familiar *per capita* de  $\frac{1}{4}$  do salário, não deve ser computado o benefício de LOAS já concedido a qualquer membro da família.

O gráfico também ilustra claramente a mudança de patamar das novas concessões do benefício da LOAS no caso do idoso: no primeiro ano de vigência do Estatuto houve grande aumento de novas concessões e nos anos subsequentes verifica-se estabilização, porém em um patamar superior ao existente antes do Estatuto. Já no caso dos deficientes, há um comportamento mais estável durante toda a série. Por fim, ressalta-se que a tendência é que tais despesas continuem subindo, já que o nível de novas concessões foi modificado para um patamar mais elevado e a expectativa de vida do brasileiro também aumenta todos os anos, apontando para uma diminuição de cessações desses benefícios.



As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) elevaram-se em R\$ 395,7 milhões, o que corresponde a aumento de 23,2% em relação ao primeiro bimestre de 2006.

Os demais gastos de custeio e capital passaram de R\$ 11,9 bilhões para R\$ 12,8 bilhões, aumento de 7,7% equivalente a R\$ 908,7 milhões. Do referido aumento, parcela representativa – R\$ 527,2 milhões (241,5%) – refere-se a créditos extraordinários, sendo que R\$ 206,1 milhões (30,7%) e R\$ 136,1 milhões (20,3%) foram realizados, respectivamente, no âmbito dos Ministérios dos Transportes e da Educação. Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI) – parcela dedutível de redução da meta de superávit primário – foram de R\$ 296,6 milhões, face a R\$ 175,7 milhões no mesmo mês do ano anterior, o que equivale ao crescimento de 68,8% nessa despesa. Incluindo a parcela não passível de dedução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total com o PPI no período foi de R\$ 298,5 milhões. Os principais investimentos foram os projetos: Adequação e Recuperação de Rodovias, R\$ 195,8 milhões (66,0%); Transporte Urbano e Ferrovias: R\$ 58,1 milhões (19,5%); e Modernização da Receita Federal: R\$ 28,1 milhões (9,5%).

Com relação aos restos a pagar (RP), foi inscrito para 2007 o montante de R\$ 23,7 bilhões, dos quais R\$ 14,2 bilhões (59,9%) correspondem a investimentos (inclusive PPI), R\$ 6,4 bilhões (27,0%) são relativos a custeio e R\$ 3,1 bilhões (13,1%) a créditos extraordinários. Das despesas discricionárias e do PPI, foram pagos até fevereiro R\$ 3,5 bilhões, equivalentes a 14,8% do total inscrito (menos cancelamentos), sendo R\$ 2,3 bilhões relativos a custeio, principalmente nos Ministérios da Saúde e Educação que responderam por despesas no valor de R\$ 1,5 bilhão (65,6%). A execução dos restos a pagar relativos aos investimentos totalizou R\$ 1,2 bilhão, distribuídos principalmente nos Ministérios: da Saúde, R\$ 285,1 milhões (24,4%); dos Transportes, R\$ 274,4 milhões (23,4%); e da Educação, R\$ 160,8 milhões (13,8%).

Em fevereiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) foi deficitário em R\$ 2,8 bilhões, inferior em R\$ 900,4 milhões ao registrado em janeiro (queda de 24,4%). Essa redução do déficit primário se explica sobretudo por dois fatores: i) o aumento da arrecadação bruta, que passou de R\$ 10,9 bilhões para R\$ 11,3 bilhões; e ii) a redução nas transferências de receita a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros), de R\$ 1,5 bilhões para R\$ 832,4 milhões. Nos dois primeiros meses do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 6,5 bilhões, contra R\$ 7,3 bilhões observados no mesmo período de 2006 (declínio de 10,9%).

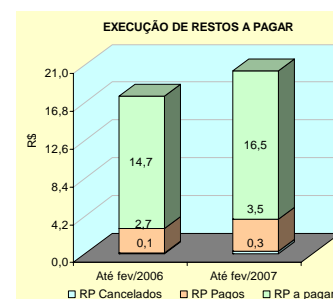
*Despesas de transferências (como a LOAS/RMV) em 2007 foram significativamente maiores do que o mesmo período em 2006 (23,2%).*

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	755,2	26,9
Legislativo/Judiciário	641,3	748,7
Crédito Extraordinário	218,3	745,5
Projeto Piloto de Investimento/3	175,7	296,6
Outras Obrigatórias/1	90,4	88,3
Discricionárias/2	9.969,6	10.853,1
d/q Min. da Saúde	5.512,1	5.901,9
Min. da Educação	822,2	1.088,6
Min. do Des. Social	1.030,5	1.293,5
Min. da Defesa	394,0	527,0
Min. da Ciência e Tecnologia	248,5	347,1
Min. do Esporte e Turismo	23,7	103,1
Min. da Justiça	204,8	123,2
Min. das Relações Exteriores	154,8	101,0
Min. da Fazenda	132,6	93,5
Demais	1.206,5	1.274,3
<b>Total</b>	<b>11.850,4</b>	<b>12.759,1</b>

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).



## Previdência Social

*Em fevereiro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,8 bilhões. No bimestre, o déficit atingiu R\$ 6,5 bilhões.*

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JAN	FEV	JAN-FEV	
	2007	2007	2006	2007
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>9.477,2</b>	<b>10.436,8</b>	<b>17.522,3</b>	<b>19.914,0</b>
Arrecadação Bruta	10.947,7	11.308,3	19.520,1	22.256,0
- Contribuição Previdenciária	9.984,1	10.548,4	17.837,8	20.532,6
- Simples	789,6	577,7	1.103,6	1.367,4
- CFT	49,7	42,1	148,9	91,8
- Depósitos Judiciais	67,4	99,7	346,0	167,2
- Refis	24,2	21,6	48,6	45,8
- Outras Receitas	32,6	18,6	35,3	51,2
(-) Restituição/Devolução	-17,4	-39,1	-39,6	-56,5
(-) Transferências a Terceiros	-1.453,1	-832,4	-1.958,2	-2.285,5
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>13.173,2</b>	<b>13.232,3</b>	<b>24.807,2</b>	<b>26.405,6</b>
Benefícios Previdenciários	13.173,2	13.232,3	24.807,2	26.405,6
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-3.696,0</b>	<b>-2.795,6</b>	<b>-7.284,9</b>	<b>-6.491,6</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-2,05%</b>	<b>-1,69%</b>

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-FEV (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	17.522,3	19.914,0	13,6%
Benefícios	24.807,2	26.405,6	6,4%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-7.284,9</b>	<b>-6.491,6</b>	<b>-10,9%</b>

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou em fevereiro R\$ 10,4 bilhões, representando elevação de 10,1% frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Parte desse acréscimo refletiu um fenômeno sazonal: a diminuição, em fevereiro, das transferências de receita a terceiros em R\$ 620,7 milhões (42,7%), em virtude do repasse, em janeiro, das contribuições previdenciárias sobre a gratificação natalina. Outra parte se explica pelo incremento de R\$ 564,3 milhões (5,7%) na arrecadação de contribuições previdenciárias.

Em relação ao primeiro bimestre de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,4 bilhões (13,6%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação de contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 17,8 bilhões para 20,5 bilhões (elevação de 15,1%). Isso pode ser explicado, principalmente, pela elevação da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada em janeiro de 2007 foi de R\$ 8,9 bilhões contra R\$ 8,0 bilhões no mesmo mês em 2006 – uma elevação de 11,3%.

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 1,6 bilhão (incremento de 6,4%) relativamente aos dois primeiros meses de 2006. Esse crescimento relativamente baixo se explica por fatores conjunturais: no primeiro bimestre de 2006, houve uma excepcional concentração de despesas com o pagamento de precatórios judiciais, atingindo o montante de R\$ 1,8 bilhão, enquanto que no período correspondente de 2007 essa rubrica perfez a quantia de R\$ 354,2 milhões. Excluindo-se as despesas com precatórios de benefícios, os gastos da Previdência passaram de R\$ 23,1 bilhões em janeiro e fevereiro de 2006 para R\$ 26,2 bilhões no período correspondente de 2007, apresentando crescimento de 13,4%.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-FEV			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,1	21,6	2,2%
Valor médio RGPS**	494,5	535,5	8,3%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1.00

O aumento na arrecadação, em conjunto com o menor crescimento dos gastos totais, produziu uma redução de R\$ 793,3 bilhão (10,9%) no déficit da previdência dos dois primeiros meses de 2007, em comparação com o mesmo período de 2006.

No estoque de benefícios do primeiro bimestre de 2007, comparativamente ao mesmo bimestre do ano anterior, destacam-se os aumentos de 368,3 mil aposentadorias (2,8%) e de 135,9 mil pensões por morte (2,3%) e a redução de 30,5 mil benefícios de auxílio-doença (2,0%).

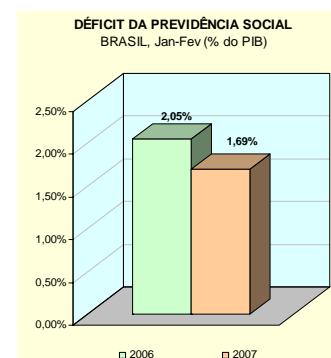
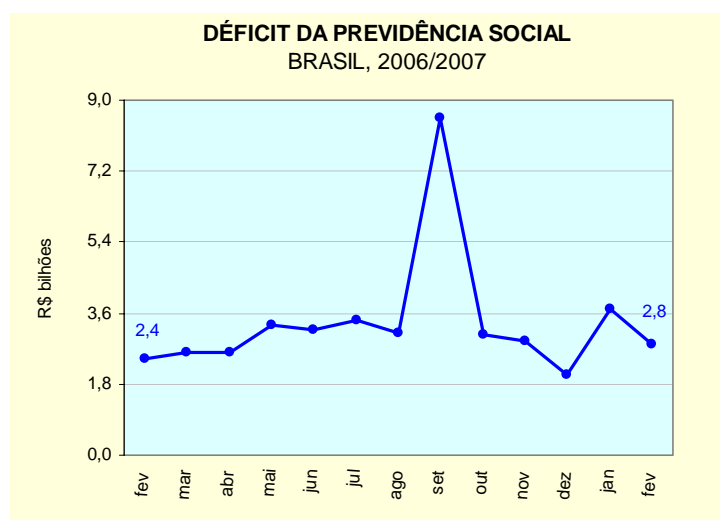
**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

	Em mil benefícios			
	JAN 2007	FEV 2007	JAN-FEV 2006	JAN-FEV 2007
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>21.594</b>	<b>21.609</b>	<b>21.129</b>	<b>21.602</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>20.865</b>	<b>20.881</b>	<b>20.381</b>	<b>20.873</b>
Aposentadorias	13.463	13.481	13.106	13.472
Idade	6.926	6.938	6.706	6.932
Invalidez	2.738	2.738	2.691	2.738
Tempo de contribuição	3.798	3.805	3.709	3.802
Pensão por morte	5.928	5.939	5.797	5.933
Auxílio-Doença	1.403	1.392	1.407	1.398
Salário - maternidade	37	35	38	36
Outros	35	35	33	35
<b>Acidentários</b>	<b>729</b>	<b>728</b>	<b>749</b>	<b>728</b>
Aposentadorias	147	147	144	147
Pensão por morte	129	129	130	129
Auxílio - doença	97	96	117	96
Auxílio - acidente	270	270	268	270
Auxílio - suplementar	86	86	89	86

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**  
**BRASIL, JAN-FEV (% do PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	4,92%	5,18%
Benefícios	6,97%	6,87%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-2,05%</b>	<b>-1,69%</b>

Como resultado do desequilíbrio entre despesa e receita, o déficit primário do RGPS no bimestre totalizou R\$ 6,5 bilhões, equivalentes a 1,69% do PIB do período e a 89,1% do déficit registrado em janeiro e fevereiro de 2006 (R\$ 7,3 bilhões, correspondentes a 2,05% do PIB).



### ***DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL***

Em fevereiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 616,3 bilhões. Em relação ao mês anterior, verificou-se elevação de R\$ 35,3 bilhões, explicada principalmente pela emissão líquida de títulos no mercado interno de R\$ 21,9 bilhões, além do efeito da apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi. Como proporção do PIB, o aumento da Dívida Líquida do Tesouro Nacional foi da ordem de 1,4 ponto percentual, passando a 26,2% do PIB acumulado em 12 meses.

*Em fevereiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 616,3 bilhões, o equivalente a 26,2% do PIB acumulado em doze meses.*

<b>TABELA 4</b>			
<b>DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO</b>			
<b>BRASIL, 2006/2007</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	R\$ milhões		
	<b>2006</b>	<b>2007</b>	
	<b>FEV</b>	<b>JAN</b>	<b>FEV</b>
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>390.482</b>	<b>443.923</b>	<b>478.970</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	1.009.079	1.095.465	1.128.418
Dívida Contratual da STN	-451.447	-463.762	-460.219
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-167.149	-187.780	-189.230
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>152.210</b>	<b>137.049</b>	<b>137.301</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	126.618	107.531	107.652
Títulos Depositados em Garantia	-3.209	0	0
Dívida Contratual	29.145	29.797	29.937
Disponibilidades	-344	-279	-288
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>542.693</b>	<b>580.972</b>	<b>616.272</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>24,9%</b>	<b>24,9%</b>	<b>26,2%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.  
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

### ***Dívida Interna Líquida***

O valor da Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de fevereiro com saldo de R\$ 479,0 bilhões, equivalentes a 20,4% do PIB, montante superior em 1,4 ponto percentual ao observado no mês anterior. A dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 33,0 bilhões, influenciada pelo elevado volume das emissões líquidas no mês de fevereiro. Por outro lado, os haveres contratuais líquidos reduziram-se em R\$ 2,1 bilhões em função da redução do saldo da arrecadação a recolher em R\$ 4,4 bilhões, passando de R\$ 13,0 bilhões em janeiro para R\$ 8,6 bilhões em fevereiro. Essa diminuição compensou o crescimento dos outros haveres contratuais.

**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 FEV	2007 JAN	2007 FEV
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>390.482</b>	<b>443.923</b>	<b>478.970</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>1.009.079</b>	<b>1.095.465</b>	<b>1.128.418</b>
LFT	467.995	416.545	423.794
LTN	269.681	315.346	329.681
NTN-B	131.444	175.690	178.239
NTN-C	65.940	66.483	66.565
NTN-D	4.570	1.246	1.256
NTN-F	12.522	62.904	69.767
Demais	35.658	34.018	33.972
Dívida Securitizada	17.843	19.027	20.935
TDA	3.425	4.207	4.209
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-618.596</b>	<b>-651.541</b>	<b>-649.448</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	-451.447	-463.762	-460.219
Dívida Bancária	24.660	23.872	23.784
Lei nº 7.976/89	-5.303	-3.048	-3.017
Lei nº 8.727/93	-47.609	-46.527	-46.418
Lei nº 9.496/97	-253.924	-266.686	-268.058
Renegociação Dívidas Municipais	-38.780	-40.956	-41.249
Demais Haveres da STN	-130.492	-130.416	-125.261
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-167.149	-187.780	-189.230
FAT	-119.585	-132.336	-133.263
Demais Entidades	-47.564	-55.444	-55.966
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>46,3%</b>	<b>46,9%</b>	<b>48,0%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-28,4%</b>	<b>-27,9%</b>	<b>-27,6%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-20,7%</b>	<b>-19,8%</b>	<b>-19,6%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>17,9%</b>	<b>19,0%</b>	<b>20,4%</b>

*A Dívida Interna Líquida encerrou o mês de fevereiro em R\$ 479,0 bilhões, o equivalente a 20,4% do PIB.*

Em fevereiro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 40,7 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 18,8 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 21,9 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 38,7 bilhões, sendo: i) R\$ 18,7 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2007, abril de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 9,8 bilhões em LFT, com vencimentos em junho de 2010 e março de 2012; iii) R\$ 6,0 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 4,2 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2011, 2015, 2035 e 2045, agosto de 2024 e novembro de 2009.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 1.921,0 milhões, sendo que a emissão de títulos da dívida securitizada (CVS – séries A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores representou quase a totalidade dessas emissões: R\$ 1.872,9 milhões.

## **Emissões e Resgates**

*Em fevereiro, as emissões líquidas da DPMFi totalizaram R\$ 21,9 bilhões, com destaque para as LTN e as NTN-F.*

**TABELA 6**  
**EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO**  
**NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, FEV/2007**

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSÕES</b>	<b>38.735,8</b>	<b>1.921,0</b>	<b>40,7</b>	<b>40.697,5</b>
LFT	9.794,7	0,0	6,2	9.800,9
LTN	18.706,1	0,0	13,8	18.719,9
NTN-B	4.183,3	7,2	14,2	4.204,6
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	6.051,7	0,0	6,5	6.058,2
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	1.872,9	0,0	1.872,9
Demais	0,0	40,9	0,0	40,9
<b>II. RESGATES**</b>	<b>17.012,8</b>	<b>1.746,0</b>	<b>15,0</b>	<b>18.773,8</b>
LFT	4.907,6	1.355,0	4,7	6.267,2
LTN	7.756,5	0,0	4,6	7.761,1
NTN-B	3.767,4	18,4	4,1	3.789,9
NTN-C	581,4	0,0	0,5	581,9
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	1,1	1,1
TDA	0,0	32,5	0,0	32,5
Securitizada*	0,0	74,6	0,0	74,6
Demais	0,0	265,5	0,0	265,5
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>21.722,9</b>	<b>175,0</b>	<b>25,8</b>	<b>21.923,7</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

### Boxe 2 – Tesouro Direto

Em fevereiro, o volume de vendas de títulos por meio do programa Tesouro Direto alcançou R\$ 40,7 milhões.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as NTN-B (incluindo NTN-B principal), representando 34,8% das vendas, seguidas pelas LTN (33,9%).

No mês, ocorreu o cadastro de 1.995 novos investidores. O número de investidores cadastrados atingiu 78.274 pessoas, o que representa um aumento de 46,1% nos últimos 12 meses.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 40,7 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 14,2 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; ii) R\$ 13,8 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009; iii) R\$ 6,5 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 6,2 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em fevereiro atingiu R\$ 18,8 bilhões, sendo R\$ 6,2 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 12,6 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 2,7 bilhões em LTN, aceitas no leilão de troca desse título; ii) R\$ 2,1 bilhões em LTN e R\$ 5,2 bilhões de LFT, aceitas no leilão de troca de LFT; e iii) R\$ 2,0 bilhões em NTN-B, R\$ 581,4 milhões de NTN-C e R\$ 51,7 milhões em LFT, aceitas no leilão de troca de NTN-B.



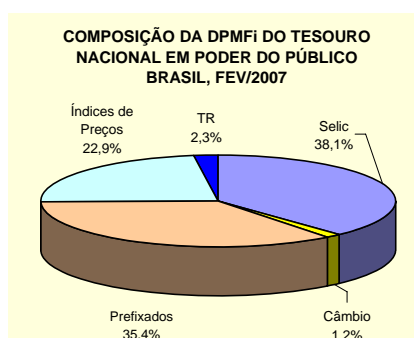
Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 0,87 ponto percentual na participação de títulos prefixados, devido às emissões líquidas de LTN no valor de R\$ 11,0 bilhões e de NTN-F no valor de R\$ 6,1 bilhões. Apesar das emissões líquidas de LFT, os títulos indexados à taxa Selic tiveram sua participação reduzida em 0,49 ponto percentual, em função do crescimento mais expressivo da parcela dos títulos prefixados.

## Composição

**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\* BRASIL, 2006/2007** (%)

INDEXADOR	2006		2007
	FEV	JAN	FEV
Selic	47,16	38,56	38,07
Câmbio	1,76	1,29	1,25
Prefixados	28,01	34,57	35,44
Índices de Preços	21,00	23,36	22,92
TR	2,08	2,22	2,32

\* Não inclui dívida agrícola.



Os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 0,87 ponto percentual, enquanto os papéis remunerados pela taxa Selic reduziram-se em 0,49 ponto percentual.

O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se de 14,21% a.a. em janeiro para 13,99% a.a. em fevereiro, devido à redução da taxa Selic (0,87% a.m. em fevereiro, contra 1,08% a.m. em janeiro) e da inflação medida pelo IGP-M (0,27% a.m. em fevereiro, contra 0,50% a.m. em janeiro). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou diminuição, ao passar de 14,44% a.a. em janeiro para 14,14% a.a. em fevereiro.

## Custo Médio

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
<b>2006</b>	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
	<b>2007</b>	Jan	14,44
Fev		14,14	13,99

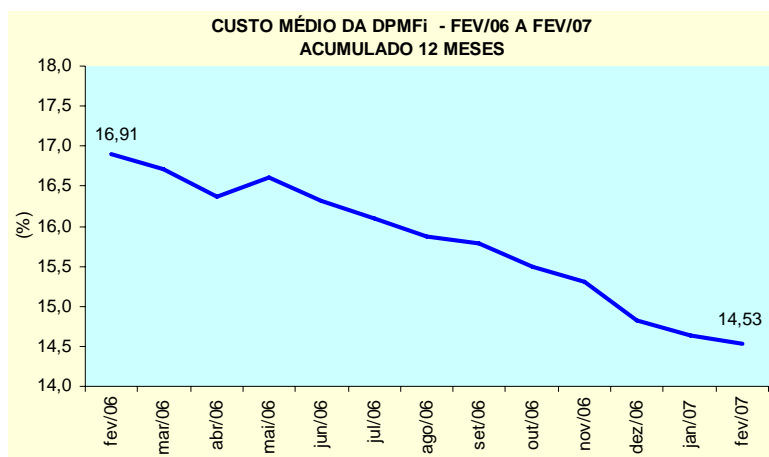
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo os títulos atrelados à taxa de câmbio, o custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 14,44% a.a. em dezembro para 14,14% a.a. em janeiro.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 14,63% a.a. em janeiro para 14,53% a.a. em fevereiro, em virtude da redução da taxa Selic (0,87% a.m. em fevereiro de 2007, contra 1,15% a.m. no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

*O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 14,53% a.a., apresentando redução de 0,10 ponto percentual em relação ao mês anterior.*



## Prazo Médio

*O prazo médio da DPMFi em poder do público passou de 31,88 meses em janeiro para 31,64 meses em fevereiro.*

Em fevereiro, apesar de os prazos médios de emissão de LFT, NTN-B e prefixados (33,90, 97,57 e 22,83 meses, respectivamente) terem sido superiores aos prazos dos estoques de cada um desses títulos, o prazo médio da DPMFi apresentou redução de 0,24 mês, passando de 31,88 meses para 31,64 meses. A vida média também reduziu-se, ao passar de 47,35 meses em janeiro para 47,16 meses em fevereiro.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	2006		2007
	FEV	JAN	FEV
LFT	19,12	21,89	21,75
LTN	10,67	10,38	10,03
NTN-B	58,63	57,01	57,89
NTN-C	80,10	82,27	81,66
NTN-D	10,87	16,71	15,77
TDA	62,63	59,61	58,80
Dívida Securitizada*	87,35	86,86	87,14
Demais	79,91	56,70	55,08
<b>TOTAL</b>	<b>29,67</b>	<b>31,88</b>	<b>31,64</b>

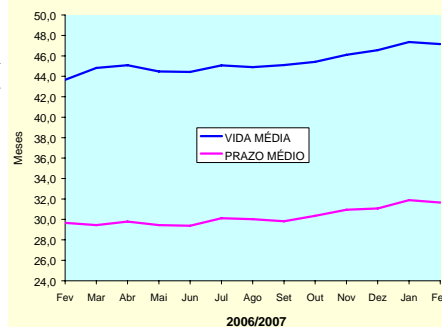
(\*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 9  
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2005/2006**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)		
		TOTAL	OF. PUB. (3)	
2006	Fev	43,67	29,67	24,59
	Mar	44,83	29,45	24,43
	Abr	45,09	29,79	24,83
	Mai	44,46	29,44	24,44
	Jun	44,43	29,38	24,55
	Jul	45,07	30,12	25,27
	Ago	44,89	30,01	25,22
	Set	45,10	29,82	25,11
	Out	45,42	30,35	25,76
	Nov	46,11	30,96	26,56
	Dez	46,55	31,06	26,72
	2007	Jan	47,35	31,88
	Fev	47,16	31,64	27,42

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**



A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de fevereiro em R\$ 137,3 bilhões, o que representou um aumento de 0,20% em relação ao saldo do mês anterior, a despeito da apreciação de 0,31% do real frente ao dólar americano ocorrida no mês. Contudo, em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida apresentou pequeno decréscimo, passando de 5,9% em janeiro para 5,8% em fevereiro. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou acréscimo de 0,70%, alcançando US\$ 65,0 bilhões, resultante da emissão do *Global BRL 2028* (ver boxe 3), com valor de face de R\$ 1,5 bilhão, não obstante o vencimento do bônus Marco Alemão 2007 e do pagamento do cupom de juros de diversos títulos.

## Dívida Externa Líquida

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup>**  
**BRASIL, 2006/2007**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	FEV	JAN	FEV
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>126.618</b>	<b>107.531</b>	<b>107.652</b>
Bônus de Renegociação	14.835	461	459
Bônus de Captação	111.783	107.071	107.193
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>29.145</b>	<b>29.797</b>	<b>29.937</b>
Organismos Multilaterais	20.405	24.083	24.239
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.552	5.714	5.698
Clube de Paris	2.189	0	0
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>155.764</b>	<b>137.328</b>	<b>137.589</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.209</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-344</b>	<b>-279</b>	<b>-288</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>152.210</b>	<b>137.049</b>	<b>137.301</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>7,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,8%</b>

<sup>1</sup> Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

*Em fevereiro, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 137,3 bilhões, o equivalente a 5,8% do PIB.*

O serviço da DPFe em fevereiro totalizou R\$ 2,9 bilhões, dos quais R\$ 1,4 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 1,5 bilhão ao pagamento de principal.

**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, FEV/2007**

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>1.461,6</b>	<b>1.440,5</b>	<b>2.902,1</b>
I.1. Organismos Multilaterais	142,7	103,8	246,4
I.2. Bancos Privados / Ag. Gov.	36,1	6,5	42,6
I.3. Dívida Mobiliária	1.282,8	1.330,2	2.613,1
Euro 2010	0,0	128,0	128,0
Euro 2015	0,0	162,1	162,1
Global 2011	0,0	79,3	79,3
Global 2025	0,0	207,6	207,6
Global 2040	0,0	592,7	592,7
Marco Alemão 2007	1.282,8	102,6	1.385,5
Novas Captações	0,0	57,8	57,8

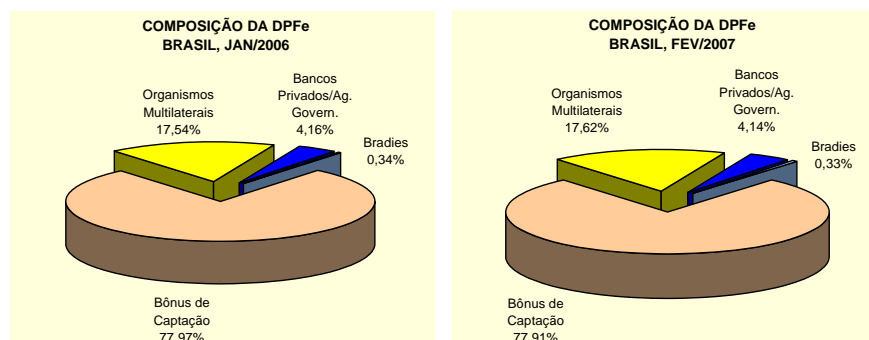
<sup>1</sup> A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

*Os pagamentos de principal e juros da DPFe totalizaram R\$ 2,9 bilhões em fevereiro, com destaque para o resgate do Marco Alemão 2007.*

## Composição

A composição da DPFe permaneceu estável no mês de fevereiro. Apesar do aumento do estoque dos Bônus de Captação, decorrente da emissão do BRL 2028, houve discreta redução na participação desses bônus, os quais totalizaram 77,91%

*Em relação ao mês anterior, a composição da DPFe permaneceu estável, apresentando pequeno decréscimo dos bônus de captação.*



## Custo e Prazo Médios

O prazo médio da dívida externa mobiliária em fevereiro foi de 6,30 anos, contra 6,19 anos em janeiro. O principal fator para este aumento foi a emissão do *Global BRL 2028*. A vida média também apresentou ligeira elevação, ao passar de 14,14 anos em janeiro para 14,23 anos em fevereiro. O custo médio da dívida mobiliária externa em fevereiro alcançou 12,37% a.a., contra 7,96% a.a. no mês anterior, explicado principalmente pela menor apreciação cambial no fevereiro deste ano contra igual período de 2006.

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	FEV	JAN	FEV
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>5,89</b>	<b>6,19</b>	<b>6,30</b>
Bônus de Renegociação	5,85	2,97	2,90
Bônus de Captação	5,89	6,21	6,31
Globais	6,51	6,82	6,82
Euros	3,62	3,38	3,71
Reais	5,85	6,31	6,72
Demais	0,77	0,30	0,22
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>13,07</b>	<b>14,14</b>	<b>14,23</b>
Bônus de Renegociação	10,03	6,62	6,54
Bônus de Captação	13,47	14,18	14,26
Globais	15,52	16,39	16,19
Euros	5,04	5,00	4,90
Reais		11,74	13,38
Demais	1,08	0,44	0,55
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>(10,26)</b>	<b>7,96</b>	<b>12,37</b>
Bônus de Renegociação	(13,08)	1,48	5,00
Bônus de Captação	(9,83)	8,09	12,49
Globais	(8,31)	6,14	9,86
Euros	(19,15)	11,95	21,34
Reais	-	12,97	13,15
Demais	(21,84)	3,95	10,10

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

*Em fevereiro, o prazo médio da DPFe foi de 6,30 anos, ao passo que o custo médio acumulado em 12 meses totalizou 12,37% a.a..*

**Boxe 3 – Brasil emite bônus em reais de 20 anos no mercado externo**

O Tesouro Nacional realizou no dia 7 de fevereiro a emissão do bônus *Global BRL 2028*, terceiro título denominado em reais ofertado ao mercado externo. A emissão, no valor de R\$ 1,5 bilhão, está em consonância com a estratégia estabelecida pelo Plano Anual de Financiamento (PAF) 2007, de realizar emissões de natureza qualitativa com o objetivo de consolidar a curva de juros externa denominada em reais. O bônus de 20 anos foi vendido ao preço de 96,451% do seu valor de face, resultando em *yield* de 10,68% a.a.. O investidor receberá cupom de juros de 10,25% a.a., pagos semestralmente nos dias 10 de janeiro e 10 de julho de cada ano, até o vencimento do título em janeiro de 2028.

A *yield* de emissão do *Global BRL 2028* foi a menor dentre as emissões em reais já realizadas pelo Tesouro Nacional, fato particularmente relevante quando se considera que este papel tem prazo bastante superior aos demais bônus em reais já emitidos. O novo título, que passa a ser o papel em moeda local com vencimento mais longo, teve o resultado altamente positivo de sua emissão diretamente influenciado pelo atual ambiente de confiança do investidor estrangeiro, expresso pelos baixos níveis do risco-país e pela avaliação do Brasil junto às principais agências de *rating*.

# Anexos

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

**Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional

**Tabela A6-B** – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Fevereiro 2006/2007

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Fevereiro 2006/2007

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia  
SRF – Secretaria da Receita Federal

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>38.580,9</b>	<b>41.454,8</b>	<b>48.903,5</b>	<b>42.325,3</b>	<b>44.372,6</b>	<b>44.829,4</b>	<b>45.405,3</b>	<b>44.716,8</b>	<b>46.788,6</b>	<b>42.710,6</b>	<b>57.611,4</b>	<b>52.058,0</b>	<b>43.184,5</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>29.132,5</b>	<b>32.110,6</b>	<b>39.502,4</b>	<b>32.633,5</b>	<b>34.590,3</b>	<b>34.969,2</b>	<b>35.271,5</b>	<b>34.186,8</b>	<b>36.352,6</b>	<b>32.100,4</b>	<b>40.036,7</b>	<b>42.523,7</b>	<b>32.613,4</b>
I.1.1. Receita Bruta	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.474,7	41.965,5	43.083,3	32.720,5
- Impostos	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3	21.243,4	17.091,3	14.290,3
- Contribuições	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8	17.545,9	19.122,0	15.624,0
- Demais (1)	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.147,6	3.176,2	6.870,1	2.806,3
I.1.2. (-) Restituições	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3	-1.928,8	-559,7	-107,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>9.318,6</b>	<b>9.193,9</b>	<b>9.280,9</b>	<b>9.573,3</b>	<b>9.655,5</b>	<b>9.734,0</b>	<b>10.020,3</b>	<b>10.419,9</b>	<b>10.314,5</b>	<b>10.414,5</b>	<b>17.391,1</b>	<b>9.477,2</b>	<b>10.436,8</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>129,8</b>	<b>150,3</b>	<b>120,2</b>	<b>118,5</b>	<b>126,8</b>	<b>126,2</b>	<b>113,5</b>	<b>110,1</b>	<b>121,5</b>	<b>195,7</b>	<b>183,6</b>	<b>57,1</b>	<b>134,3</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>7.274,0</b>	<b>6.363,0</b>	<b>7.058,2</b>	<b>8.673,4</b>	<b>7.924,1</b>	<b>7.429,9</b>	<b>7.777,6</b>	<b>6.749,3</b>	<b>6.453,2</b>	<b>9.357,3</b>	<b>9.285,7</b>	<b>8.133,4</b>	<b>8.892,8</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0
II.4. Demais	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>31.306,9</b>	<b>35.091,8</b>	<b>41.845,3</b>	<b>33.651,8</b>	<b>36.448,5</b>	<b>37.399,5</b>	<b>37.627,7</b>	<b>37.967,5</b>	<b>40.335,4</b>	<b>33.353,3</b>	<b>48.325,7</b>	<b>43.924,5</b>	<b>34.291,6</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>27.732,3</b>	<b>27.831,6</b>	<b>27.119,3</b>	<b>30.708,0</b>	<b>30.376,5</b>	<b>34.376,6</b>	<b>31.281,2</b>	<b>37.465,8</b>	<b>33.210,4</b>	<b>33.549,8</b>	<b>53.920,3</b>	<b>32.097,8</b>	<b>30.979,0</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)</b>	<b>8.078,1</b>	<b>7.926,2</b>	<b>7.250,8</b>	<b>7.463,2</b>	<b>7.801,3</b>	<b>9.605,9</b>	<b>7.790,5</b>	<b>8.482,9</b>	<b>8.414,8</b>	<b>9.208,6</b>	<b>12.984,7</b>	<b>10.223,0</b>	<b>8.829,4</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>11.759,4</b>	<b>11.806,3</b>	<b>11.890,6</b>	<b>12.884,8</b>	<b>12.812,4</b>	<b>13.171,9</b>	<b>13.120,7</b>	<b>18.986,5</b>	<b>13.357,8</b>	<b>13.301,2</b>	<b>19.446,0</b>	<b>13.173,2</b>	<b>13.232,3</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>7.719,9</b>	<b>7.897,3</b>	<b>7.777,3</b>	<b>10.173,8</b>	<b>9.510,0</b>	<b>11.410,6</b>	<b>10.180,7</b>	<b>9.797,2</b>	<b>11.257,0</b>	<b>10.801,3</b>	<b>21.157,3</b>	<b>8.592,5</b>	<b>8.689,3</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	421,7	30,9	355,2	596,8	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	321,8	429,6
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.916,5	6.012,0	5.641,5	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.079,9	7.570,0	8.025,6	8.095,1	14.682,5	6.366,8	6.392,3
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>67,0</b>	<b>55,9</b>	<b>63,7</b>	<b>56,3</b>	<b>53,0</b>	<b>57,0</b>	<b>53,5</b>	<b>50,1</b>	<b>52,8</b>	<b>72,8</b>	<b>111,8</b>	<b>-6,7</b>	<b>74,9</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>107,9</b>	<b>145,9</b>	<b>137,0</b>	<b>130,0</b>	<b>199,8</b>	<b>131,2</b>	<b>135,8</b>	<b>149,2</b>	<b>127,9</b>	<b>165,8</b>	<b>220,7</b>	<b>115,8</b>	<b>153,1</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>3.574,6</b>	<b>7.260,3</b>	<b>14.726,0</b>	<b>2.943,8</b>	<b>6.072,0</b>	<b>3.022,9</b>	<b>6.346,5</b>	<b>501,7</b>	<b>7.124,9</b>	<b>-196,5</b>	<b>-5.594,6</b>	<b>11.826,7</b>	<b>3.312,60</b>
V.1. Tesouro Nacional	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.301,9	6.465,8	9.469,2	9.107,3	10.174,6	2.660,4	-3.502,7	15.581,5	6.127,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6
V.3. Banco Central (6)	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)</b>	<b>161,7</b>	<b>350,3</b>	<b>179,3</b>	<b>284,5</b>	<b>259,6</b>	<b>258,6</b>	<b>307,5</b>	<b>234,6</b>	<b>182,3</b>	<b>81,2</b>	<b>56,3</b>	<b>97,9</b>	<b>258,8</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-465,0</b>	<b>-1.996,1</b>	<b>1.406,5</b>	<b>-82,6</b>	<b>545,5</b>	<b>319,5</b>	<b>573,7</b>	<b>-671,6</b>	<b>459,4</b>	<b>39,3</b>	<b>-224,9</b>	<b>-119,3</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>3.271,3</b>	<b>5.614,5</b>	<b>16.311,9</b>	<b>3.145,7</b>	<b>6.877,2</b>	<b>3.601,0</b>	<b>7.227,6</b>	<b>64,6</b>	<b>7.766,6</b>	<b>-76,0</b>	<b>-5.763,2</b>	<b>11.805,3</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS (8)</b>	<b>-9.075,5</b>	<b>-11.395,8</b>	<b>-11.892,0</b>	<b>-6.633,7</b>	<b>-13.196,2</b>	<b>-9.561,3</b>	<b>-12.964,8</b>	<b>-8.056,2</b>	<b>-10.272,7</b>	<b>-8.151,2</b>	<b>-7.551,7</b>	<b>-11.132,1</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)</b>	<b>-5.804,2</b>	<b>-5.781,3</b>	<b>4.419,9</b>	<b>-3.487,9</b>	<b>-6.319,1</b>	<b>-5.960,4</b>	<b>-5.737,2</b>	<b>-7.991,5</b>	<b>-2.506,1</b>	<b>-8.227,1</b>	<b>-13.315,0</b>	<b>673,2</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS (1)	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0
RMV (4)	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil



	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>42.099,5</b>	<b>41.710,1</b>	<b>41.830,1</b>	<b>47.217,4</b>	<b>46.993,6</b>	<b>43.988,0</b>	<b>46.982,5</b>	<b>47.837,9</b>	<b>46.237,0</b>	<b>50.086,3</b>	<b>66.730,8</b>	<b>41.189,9</b>	<b>48.279,5</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	348,6
I.5 - Receita do Salário Educação	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.924,3	9.602,2	9.754,3	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.436,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6
<b>II. DESPESAS</b>	<b>39.762,3</b>	<b>37.419,0</b>	<b>47.470,9</b>	<b>47.514,7</b>	<b>49.308,6</b>	<b>54.486,0</b>	<b>49.391,4</b>	<b>47.797,3</b>	<b>48.980,3</b>	<b>60.035,7</b>	<b>58.705,9</b>	<b>50.423,1</b>	<b>44.662,7</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>7.925,4</b>	<b>6.735,9</b>	<b>10.202,4</b>	<b>10.106,3</b>	<b>9.688,1</b>	<b>8.696,7</b>	<b>9.469,7</b>	<b>8.198,9</b>	<b>8.356,3</b>	<b>10.751,4</b>	<b>10.664,5</b>	<b>9.565,0</b>	<b>10.064,4</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0
II.1.4 - Outras Vinculações	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,3	1.604,1
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>31.836,9</b>	<b>30.683,0</b>	<b>37.268,5</b>	<b>37.408,4</b>	<b>39.620,6</b>	<b>45.789,3</b>	<b>39.921,6</b>	<b>39.598,4</b>	<b>40.624,0</b>	<b>49.284,4</b>	<b>48.041,4</b>	<b>40.858,1</b>	<b>34.598,3</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.212,2	8.334,5	7.642,0	8.143,3	10.342,4	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	9.989,6	8.526,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0
i) Dívida Contratual Interna	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7
ii) Dívida Contratual Externa	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.319,3	11.962,4	12.742,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.497,6	5.847,7	6.672,5	6.637,9	7.836,4	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,1	6.592,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	266,0	556,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>2.337,1</b>	<b>4.291,1</b>	<b>-5.640,8</b>	<b>-297,4</b>	<b>-2.315,1</b>	<b>-10.498,1</b>	<b>-2.408,9</b>	<b>40,5</b>	<b>-2.743,3</b>	<b>-9.949,5</b>	<b>8.024,9</b>	<b>-9.233,2</b>	<b>3.616,8</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>30.904,7</b>	<b>17.576,8</b>	<b>18.086,6</b>	<b>19.593,2</b>	<b>36.752,3</b>	<b>43.352,2</b>	<b>30.297,8</b>	<b>31.252,8</b>	<b>41.246,8</b>	<b>44.885,5</b>	<b>43.226,0</b>	<b>55.420,0</b>	<b>29.251,3</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7
<b>V. DESPESAS</b>	<b>15.575,9</b>	<b>15.370,0</b>	<b>48.384,4</b>	<b>26.146,8</b>	<b>25.607,1</b>	<b>48.117,1</b>	<b>11.278,8</b>	<b>15.416,8</b>	<b>38.095,4</b>	<b>25.762,7</b>	<b>16.397,4</b>	<b>45.374,3</b>	<b>6.946,1</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2
V.1.2 - Dívida Contratual	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>19.489,8</b>	<b>4.601,8</b>	<b>-16.414,0</b>	<b>-7.434,3</b>	<b>12.126,2</b>	<b>-1.088,5</b>	<b>18.798,6</b>	<b>17.457,5</b>	<b>4.220,3</b>	<b>18.501,2</b>	<b>26.436,7</b>	<b>9.326,3</b>	<b>25.093,4</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>2.453,6</b>	<b>3.160,9</b>	<b>-13.147,4</b>	<b>-22.029,3</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.192,7</b>	<b>-6.511,9</b>	<b>11.265,2</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>20.119,6</b>	<b>9.658,7</b>	<b>-49.086,0</b>	<b>-28.880,3</b>	<b>36.487,3</b>	<b>-25.455,6</b>	<b>10.098,1</b>	<b>27.141,6</b>	<b>-2.356,8</b>	<b>7.811,5</b>	<b>38.616,5</b>	<b>-12.328,2</b>	<b>35.819,3</b>



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (\*)

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>7.353,6</b>	<b>3.760,9</b>	<b>14.849,6</b>	<b>8.268,6</b>	<b>41.240,1</b>	<b>20.037,3</b>	<b>10.768,1</b>	<b>17.340,5</b>	<b>22.485,1</b>	<b>12.238,2</b>	<b>18.263,0</b>	<b>15.259,2</b>	<b>10.497,4</b>
I.1. Emissão de Títulos	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>4.900,0</b>	<b>600,0</b>	<b>27.997,1</b>	<b>30.297,9</b>	<b>13.583,0</b>	<b>30.230,0</b>	<b>17.280,0</b>	<b>6.075,3</b>	<b>25.250,0</b>	<b>13.600,0</b>	<b>14.500,0</b>	<b>28.400,0</b>	<b>600,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>2.453,6</b>	<b>3.160,9</b>	<b>-13.147,4</b>	<b>-22.029,3</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.192,7</b>	<b>-6.511,9</b>	<b>11.265,2</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (\*)**

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1	60,6	75,8	162,8	221,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	150,0	326,0
<b>IV. PRONAF</b>	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2	185,4	362,7	17,0	89,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	82,8	75,0
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	9,3	55,7
<b>V. PROEX</b>	24,5	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,3
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,7	0,7
V.2. Concessão de Financiamento (1)	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,7
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)</b>	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6
<b>VII. CACAU</b>	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)</b>	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4
<b>XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)</b>	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8
<b>XII. TOTAL</b>	351,3	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	133,4	259,5

(\*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>390.482,5</b>	<b>401.588,3</b>	<b>377.516,1</b>	<b>377.163,3</b>	<b>390.591,1</b>	<b>378.996,8</b>	<b>408.783,6</b>	<b>428.283,9</b>	<b>428.637,1</b>	<b>453.352,2</b>	<b>467.634,9</b>	<b>443.923,4</b>	<b>478.970,1</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3
Dívida Bancária	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4
INSS	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9
Lei 7.976/89	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7
Bônus Renegociação	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6
Lei 8.727/93	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0
Lei 9.496/97	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3
Recebíveis das Estatais	-36.224,0	-36.414,6	-36.152,0	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3
Outros	-43.163,0	-43.063,2	-42.854,8	-42.070,9	-42.088,6	-42.274,1	-41.726,4	-41.233,5	-41.323,5	-41.686,4	-41.826,9	-41.862,9	-41.290,5
Fat	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2
Demais Entidades	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-55.966,4
Créditos das Operações Oficiais	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0
Arrecadação a Recolher	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.568,0
<b>II. DÍVIDA EXTERNA (*)</b>	<b>152.210,1</b>	<b>151.723,0</b>	<b>135.713,5</b>	<b>152.072,9</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>	<b>135.658,8</b>	<b>138.959,5</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>137.301,4</b>
Dívida Mobiliária	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0
Disponibilidades	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>542.692,6</b>	<b>553.311,3</b>	<b>513.229,6</b>	<b>529.236,1</b>	<b>530.519,9</b>	<b>519.629,0</b>	<b>544.442,4</b>	<b>567.243,4</b>	<b>566.445,6</b>	<b>593.559,1</b>	<b>606.584,6</b>	<b>580.972,4</b>	<b>616.271,5</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>24,9%</b>	<b>25,2%</b>	<b>23,4%</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,2%</b>	<b>24,1%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,7%</b>	<b>25,7%</b>	<b>26,1%</b>	<b>24,9%</b>	<b>26,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>126.618,2</b>	<b>126.066,1</b>	<b>108.177,7</b>	<b>119.587,7</b>	<b>108.906,2</b>	<b>109.458,9</b>	<b>105.997,2</b>	<b>109.073,5</b>	<b>108.361,9</b>	<b>109.784,4</b>	<b>109.032,8</b>	<b>107.531,2</b>	<b>107.652,2</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>14.834,8</b>	<b>14.535,2</b>	<b>485,3</b>	<b>534,3</b>	<b>502,7</b>	<b>505,5</b>	<b>496,8</b>	<b>471,3</b>	<b>464,6</b>	<b>469,7</b>	<b>463,5</b>	<b>460,6</b>	<b>459,2</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	459,2
Par Bond (PB)	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	2.746,1	2.685,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	659,9	671,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	526,8	535,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>111.783,4</b>	<b>111.530,9</b>	<b>107.692,4</b>	<b>119.053,4</b>	<b>108.403,5</b>	<b>108.953,5</b>	<b>105.500,4</b>	<b>108.602,2</b>	<b>107.897,3</b>	<b>109.314,6</b>	<b>108.569,3</b>	<b>107.070,6</b>	<b>107.193,0</b>
A-Bond	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	9.550,1
Euro 2006	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-
Euro 2007	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.697,5
Euro 2009	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	735,4
Euro 2010	1.811,3	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.187,4	1.187,4
Euro 2011	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4
Euro 2012	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4
Euro 2015	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.242,8
Euro libra 2007	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	585,6
Euro lira 2017	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.085,8
Global 2007	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	2.031,4
Global 2008	4.248,0	3.805,6	4.030,0	3.574,8	3.470,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.334,1
Global 2009	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.701,0
Global 2010	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.946,4
Global 2011	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.603,4
Global 2012	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.623,3	2.482,2	2.449,2	2.357,7	2.348,5
Global 2013	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.640,2
Global 2014	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.485,9
Global 2015	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.448,2
Global 2017										3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3
Global 2019	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3
Global 2020	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.610,0
Global 2024	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.933,2
Global 2025	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.766,0
Global 2027	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.277,7
Global 2030	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.153,6
Global 2034	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.714,5
Global 2037	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.295,6
Global 2040	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.924,2
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022								1.600,0	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028													1.500,0
Marco Alemão 2007	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-
Marco Alemão 2008	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	922,0
Samurai 2006	1.095,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.111,1
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-3.209,5</b>	<b>-3.030,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>29.145,3</b>	<b>28.995,2</b>	<b>27.855,7</b>	<b>32.854,9</b>	<b>31.335,2</b>	<b>31.501,8</b>	<b>29.962,1</b>	<b>30.183,0</b>	<b>29.785,3</b>	<b>30.770,3</b>	<b>30.163,3</b>	<b>29.797,1</b>	<b>29.937,0</b>
<b>IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-343,9</b>	<b>-308,0</b>	<b>-319,9</b>	<b>-369,8</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>	<b>-300,5</b>	<b>-297,1</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV) (*)</b>	<b>152.210,1</b>	<b>151.723,0</b>	<b>135.713,5</b>	<b>152.072,9</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>	<b>135.658,8</b>	<b>138.959,5</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>137.301,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>7,0%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,8%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

**TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>111.264,3</b>	<b>112.969,2</b>	<b>112.912,6</b>	<b>110.310,2</b>	<b>110.001,5</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>468,2</b>	<b>475,8</b>	<b>471,8</b>	<b>471,3</b>	<b>472,0</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0
Par Bond (PB)	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	-	-	-	-	-
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>110.796,1</b>	<b>112.493,5</b>	<b>112.440,8</b>	<b>109.838,9</b>	<b>109.529,5</b>
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9
Eurolibra 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5
Global 2017	-	3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3
Global BRL 2028	-	-	-	-	1.507,3
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1
Samurai 2006	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8
<b>II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>III. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>30.177,1</b>	<b>31.157,3</b>	<b>30.542,3</b>	<b>30.219,4</b>	<b>30.341,6</b>
<b>IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>
<b>V. TOTAL (I+II+III+IV)</b>	<b>141.102,8</b>	<b>143.778,8</b>	<b>143.208,5</b>	<b>140.250,3</b>	<b>140.055,2</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>1.306.117,6</b>	<b>1.320.442,6</b>	<b>1.290.097,5</b>	<b>1.265.730,9</b>	<b>1.310.777,0</b>	<b>1.299.896,0</b>	<b>1.319.709,0</b>	<b>1.355.232,1</b>	<b>1.359.034,0</b>	<b>1.381.457,3</b>	<b>1.398.749,6</b>	<b>1.395.355,1</b>	<b>1.439.358,4</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>1.009.078,9</b>	<b>1.019.526,7</b>	<b>1.002.197,1</b>	<b>997.516,6</b>	<b>1.014.742,4</b>	<b>1.012.716,4</b>	<b>1.037.378,9</b>	<b>1.060.426,7</b>	<b>1.065.957,3</b>	<b>1.088.498,6</b>	<b>1.100.959,6</b>	<b>1.095.464,8</b>	<b>1.128.418,3</b>
Dívida Securitizada	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9
TDA	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5
LTN	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2
LFT	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1
LFT-A	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7
LFT-B	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0
NTN-A	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0
NTN-B	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2
NTN-C	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8
NTN-D	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8
NTN-F	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2
NTN-I	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6
NTN-P	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1
CFT-A	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0
CFT-D	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8
Demais	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>297.038,7</b>	<b>300.915,9</b>	<b>287.900,4</b>	<b>268.214,3</b>	<b>296.034,6</b>	<b>287.179,6</b>	<b>282.330,1</b>	<b>294.805,4</b>	<b>293.076,7</b>	<b>292.958,6</b>	<b>297.790,0</b>	<b>299.890,3</b>	<b>310.940,1</b>
LTN	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3
LFT	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1
NTN-D	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0
Demais	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>46,3%</b>	<b>46,5%</b>	<b>45,6%</b>	<b>45,1%</b>	<b>45,7%</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,9%</b>	<b>46,7%</b>	<b>46,5%</b>	<b>47,2%</b>	<b>47,4%</b>	<b>46,9%</b>	<b>48,0%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Fev/2006	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev/2007
<b>I. INTERNA</b>	<b>-167.148,9</b>	<b>-167.365,5</b>	<b>-170.489,3</b>	<b>-171.722,1</b>	<b>-175.305,5</b>	<b>-177.315,1</b>	<b>-178.170,4</b>	<b>-179.203,2</b>	<b>-181.014,8</b>	<b>-183.329,4</b>	<b>-184.302,3</b>	<b>-187.779,9</b>	<b>-189.229,6</b>
Dívida contratual	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	216,9
FAT	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2
Aplicações financeiras	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6
Fundos Regionais	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.200,4
Demais	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-343,9</b>	<b>-308,0</b>	<b>-319,9</b>	<b>-369,8</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>	<b>-300,5</b>	<b>-297,1</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>
Disponibilidades	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-167.492,8</b>	<b>-167.673,5</b>	<b>-170.809,2</b>	<b>-172.091,9</b>	<b>-175.618,1</b>	<b>-177.643,5</b>	<b>-178.470,9</b>	<b>-179.500,3</b>	<b>-181.353,5</b>	<b>-183.677,1</b>	<b>-184.548,7</b>	<b>-188.059,2</b>	<b>-189.517,4</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,1%</b>

(-) Haver (+) Obrigação  
 Obs.: Dados sujeitos a alteração



**TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ FEVEREIRO 2006/2007 (\*)**

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano (3)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.016.599,9	75.056,4	28.756,6	27.637,3	76.822,3	957.984,7	669.994,2	105.917,8	30.910,4	29.084,2	42.881,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.313,0	313,2	271,2	271,2	36,9	2.386,3	2.315,3	372,9	277,4	277,4	8,1
Advocacia-Geral da União	80.606,3	10.799,8	5.929,1	5.701,5	8.049,3	120.605,2	83.852,5	9.195,5	4.360,3	4.265,4	3.746,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.779,8	85.541,2	48.710,2	37.755,6	60.028,1	936.626,8	587.835,5	110.599,4	53.682,2	40.030,9	45.394,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.237.831,0	177.897,1	130.362,4	95.822,6	132.417,4	2.712.257,3	2.267.530,4	235.010,6	166.535,4	97.834,6	174.375,7
Ministério da Fazenda	1.829.159,4	137.118,5	96.079,0	89.481,1	33.964,9	2.206.335,0	1.908.221,5	229.937,0	101.569,8	98.827,8	56.391,5
Ministério da Educação	7.175.308,8	725.406,6	353.048,8	328.895,4	515.165,3	8.103.908,5	5.335.078,8	1.424.647,4	436.400,2	259.064,2	701.393,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	449.918,3	55.489,8	36.477,0	36.419,1	8.963,6	483.217,3	437.155,3	60.302,9	43.026,1	43.011,9	14.356,0
Ministério da Justiça	867.725,4	103.506,5	43.826,5	42.899,9	91.154,1	1.157.521,7	808.919,5	113.217,6	55.168,2	47.026,3	44.110,5
Ministério de Minas e Energia	467.101,0	36.956,5	21.823,3	20.974,2	16.408,7	592.084,1	256.003,3	72.139,1	26.346,2	25.415,8	32.609,5
Ministério da Previdência Social	886.844,0	90.948,7	72.043,1	54.054,1	61.260,7	1.424.259,5	926.877,4	253.036,2	72.062,6	59.411,6	54.408,2
Ministério das Relações Exteriores	871.693,7	44.205,8	37.063,9	36.970,9	81.040,4	949.140,6	541.133,5	72.782,2	64.286,3	64.270,7	6.185,8
Ministério da Saúde	34.150.386,6	8.052.830,0	4.684.739,6	4.654.752,6	704.378,9	36.855.500,6	3.002.896,4	7.894.445,2	4.372.178,0	4.329.309,5	1.102.459,7
Ministério do Trabalho e Emprego	625.840,9	31.589,1	21.474,4	18.774,0	54.094,1	837.917,8	666.324,0	50.053,3	25.110,3	24.925,0	14.112,6
Ministério dos Transportes	781.864,1	44.807,6	16.470,8	16.410,1	34.859,2	871.479,6	410.756,2	50.668,4	12.563,6	12.187,7	80.626,1
Ministério das Comunicações	330.401,7	23.401,3	6.938,0	6.937,4	16.172,3	436.595,4	244.756,0	30.185,2	11.939,5	11.902,3	23.130,1
Ministério da Cultura	328.207,4	21.641,9	8.722,9	8.648,4	34.700,3	396.513,8	291.748,2	29.576,0	10.520,9	10.391,8	37.189,7
Ministério do Meio Ambiente	396.287,8	29.522,5	16.902,6	16.774,6	37.557,3	572.597,2	385.709,0	39.736,0	13.025,4	12.272,1	19.628,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	509.096,1	27.582,7	21.185,4	19.364,7	29.345,6	920.507,4	368.723,1	32.758,0	21.820,2	20.925,0	20.428,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	602.911,7	25.064,4	10.871,1	10.862,8	51.178,7	651.340,3	483.932,5	31.737,0	14.905,5	14.872,3	50.425,4
Ministério do Esporte	108.420,3	2.444,3	1.044,3	1.034,1	13.425,9	444.140,0	244.075,3	7.599,3	3.676,4	3.673,6	76.592,9
Ministério da Defesa	3.676.416,7	318.208,1	141.493,5	108.136,6	220.437,4	4.265.138,4	3.711.271,6	305.556,6	129.235,2	107.812,0	220.975,5
Ministério da Integração Nacional	285.359,1	23.051,4	8.326,9	8.242,5	23.819,5	284.912,5	159.518,2	50.381,9	9.307,4	9.180,8	23.141,9
Ministério do Turismo	234.573,2	18.410,9	2.491,9	2.238,7	14.740,6	377.301,9	225.465,0	25.796,6	3.450,4	3.001,4	20.834,9
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	8.086.354,8	1.354.086,8	1.053.873,1	1.053.325,8	57.790,4	10.522.498,6	1.765.874,6	3.787.448,2	1.561.638,0	1.555.254,6	90.408,3
Ministério das Cidades	406.193,9	52.708,6	19.509,8	15.782,6	20.026,9	441.177,1	257.658,8	50.552,7	20.184,0	15.155,2	25.651,6
Encargos Financeiros da União	371.900,0	32.466,1	-	-	29.807,5	394.700,0	379.738,9	41.799,7	2.996,0	2.934,5	36.580,6
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	48.319,1	8.329,4	8.328,2	8.328,2	4.044,3	119.371,4	24.434,8	8.640,3	8.638,7	8.638,7	7.043,9
Operações Oficiais de Crédito	65.094,0	10.835,2	1,1	1,1	-	56.894,0	46.710,2	56.700,0	9.919,4	8.546,7	-
<b>TOTAL</b>	<b>67.654.508,0</b>	<b>11.620.220,1</b>	<b>6.896.764,5</b>	<b>6.726.497,1</b>	<b>2.431.690,6</b>	<b>78.094.912,7</b>	<b>26.494.510,0</b>	<b>15.180.792,9</b>	<b>7.285.733,7</b>	<b>6.919.503,7</b>	<b>3.025.091,4</b>

Dados preliminares.

 (\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Corresponde aos valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária.

**TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ FEVEREIRO 2006/2007 (\*)**

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano (4)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	78.986,8	-	-	-	19.639,0	163.938,0	80.217,9	181,2	-	-	16.669,3
Gabinete da Vice-Presidência da República	213,7	-	-	-	-	213,7	-	-	-	-	-
Advocacia-Geral da União	2.926,7	-	-	-	697,6	10.194,8	5.757,3	-	-	-	761,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	114.522,0	-	-	-	30.807,1	534.861,0	138.630,9	193,8	15,7	13,7	19.305,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	401.565,0	-	-	-	29.800,4	1.038.166,8	1.026.360,3	377,7	298,6	169,0	83.389,1
Ministério da Fazenda (3)	325.831,3	51,0	14,1	14,1	22.657,4	54.867,1	24.568,3	19,6	-	-	32.397,2
Ministério da Educação	836.706,7	-	-	-	178.510,9	1.579.461,4	1.061.507,5	3.289,5	1.043,9	703,5	184.131,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	30.436,6	-	-	-	3.658,3	97.059,1	23.625,3	-	-	-	18.221,4
Ministério da Justiça	436.404,6	-	-	-	77.719,6	815.618,6	543.179,0	-	-	-	31.694,5
Ministério de Minas e Energia	41.402,7	-	-	-	1.753,0	47.596,3	34.051,6	786,2	-	-	5.676,3
Ministério da Previdência Social	297.966,2	-	-	-	12.490,1	46.040,5	37.733,3	1.851,6	35,6	-	14.897,0
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	-	-	-	1.142,0	42.159,2	28.541,1	-	-	-	297,8
Ministério da Saúde	1.899.599,9	-	-	-	212.109,5	3.785.085,2	2.250.585,9	5.092,1	144,6	142,8	310.276,9
Ministério do Trabalho e Emprego	22.165,2	-	-	-	3.753,8	66.485,9	53.333,7	-	-	-	1.596,4
Ministério dos Transportes	3.937.509,8	-	-	-	350.008,8	7.386.130,0	5.499.353,5	2.261,5	-	-	356.865,0
Ministério das Comunicações	112.728,3	-	-	-	4.693,2	84.365,3	71.708,3	-	-	-	1.137,4
Ministério da Cultura	76.778,8	-	-	-	4.362,1	242.825,2	97.679,0	11,0	-	-	5.702,5
Ministério do Meio Ambiente	61.961,5	-	-	-	5.366,2	66.000,9	36.762,1	-	-	-	8.971,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	38.294,9	-	-	-	1.683,2	52.490,1	43.329,1	-	-	-	3.126,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.627.814,6	-	-	-	39.677,3	1.712.444,9	1.521.644,0	-	-	-	59.357,7
Ministério do Esporte	268.665,0	-	-	-	10.028,0	468.268,5	66.723,3	36.863,9	-	-	24.991,3
Ministério da Defesa	1.307.777,0	-	-	-	102.789,0	2.758.098,8	1.839.688,5	12,3	-	-	116.068,9
Ministério da Integração Nacional	1.316.284,7	-	-	-	132.657,6	1.534.045,8	616.211,7	3.686,1	1.714,9	1.714,9	108.648,1
Ministério do Turismo	82.693,5	-	-	-	10.378,6	1.384.760,5	172.834,0	-	-	-	35.106,1
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	123.622,5	-	-	-	5.022,0	241.300,5	123.527,8	-	-	-	26.836,9
Ministério das Cidades	670.321,9	-	-	-	79.055,9	3.263.274,3	1.001.302,5	-	-	-	71.389,7
<b>TOTAL</b>	<b>14.152.686,3</b>	<b>51,0</b>	<b>14,1</b>	<b>14,1</b>	<b>1.340.460,7</b>	<b>27.475.752,4</b>	<b>16.398.856,1</b>	<b>54.626,5</b>	<b>3.253,3</b>	<b>2.744,0</b>	<b>1.537.515,4</b>

Dados preliminares.

 (\*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

(4) Corresponde aos valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária.

### Fevereiro / 2007

#### Comentários

Em Fevereiro de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 7,5%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.634.684,4 (mil), em Fevereiro de 2007, contra R\$ 5.242.962,4 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116/3173. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

#### Distribuição do FPM/FPE

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Janeiro a Fevereiro	Fev / 2007	Fev / 2007	Jan a Fev / 2007
							Jan / 2007	Fev / 2006	Jan a Fev / 2006
FPM	2.698.247,7	2.320.698,5	5.018.946,2	2.681.550,9	2.881.898,9	5.563.449,8	7,5 %	24,2 %	10,8 %
FPE	2.577.352,5	2.216.719,4	4.794.071,8	2.561.411,5	2.752.785,5	5.314.197,0	7,5 %	24,2 %	10,8 %
IPI	200.302,5	169.513,6	369.816,0	197.757,7	191.537,1	389.294,8	-3,1 %	13,0 %	5,3 %

#### Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 838/06, os créditos relativos ao mês de Fevereiro de 2007 foram efetuados nos dias 09, 16 e 28. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Fevereiro	3,0 %	7,5 %	3,0 %	7,5 %	-6,0 %	-3,1 %

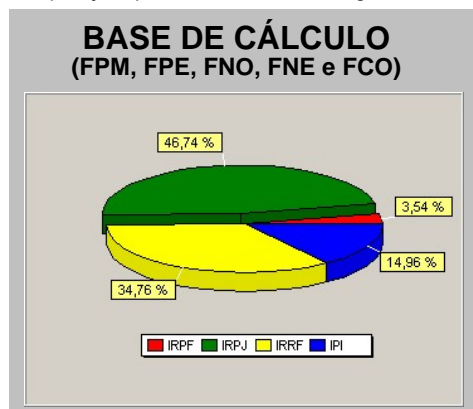
#### Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	mar/fev	abr/mar	mai/abr
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-18,0 %	12,0 %	10,0 %
IPI-EXP	-5,0 %	18,0 %	-13,0 %

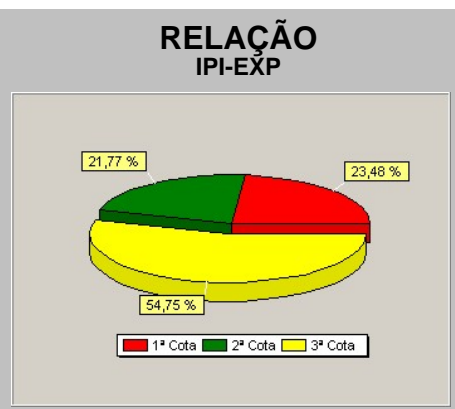
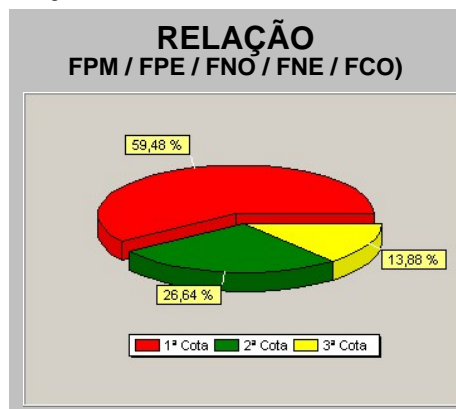
#### Composição dos Fundos

Em Fevereiro de 2007 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



#### Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2007 a 20/02/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	TOTAL
Jan/3º DEC	529.000,3	8.430.239,3	8.959.239,5	Fev/1º DEC	1.637.301	1.713.454,6	44.965	3.395.720,6
Fev/1º DEC	490.611,3	3.522.211,1	4.012.822,4	Fev/2º DEC	733.343,3	767.452,3	41.702	1.542.497,5
Fev/2º DEC	1.233.766,1	857.293,7	2.091.059,8	Fev/3º DEC	382.141,2	399.915,2	104.870,1	886.926,5
TOTAL	2.253.377,7	12.809.744,1	15.063.121,8	TOTAL	2.752.785,5	2.880.822	191.537,1	5.825.144,6
Fev/3º DEC	476.140,3	6.142.948,4	6.619.088,7	Mar/1º DEC	1.209.638,5	1.265.900,7	40.471,9	2.516.011,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)
Acre	AC	15.206	94.173	31
Alagoas	AL	68.623	114.519	566
Amazonas	AM	39.653	76.814	5.109
Amapá	AP	9.848	93.925	181
Bahia	BA	259.241	258.657	14.983
Ceará	CE	150.667	201.969	1.770
Distrito Federal	DF	5.844	19.000	119
Espírito Santo	ES	50.099	41.292	8.683
Goiás	GO	104.006	78.264	1.956
Maranhão	MA	120.328	198.702	2.003
Minas Gerais	MG	378.385	122.623	21.974
Mato Grosso do Sul	MS	42.522	36.667	1.301
Mato Grosso	MT	53.087	63.532	1.779
Pará	PA	104.232	168.250	7.776
Paraíba	PB	93.142	131.828	503
Pernambuco	PE	139.294	189.948	1.406
Piauí	PI	76.418	118.959	55
Paraná	PR	195.988	79.368	19.406
Rio de Janeiro	RJ	84.313	42.054	25.004
Rio Grande do Norte	RN	71.522	115.009	675
Rondônia	RO	26.275	77.507	294
Roraima	RR	17.664	68.288	14
Rio Grande do Sul	RS	192.008	64.823	23.438
Santa Catarina	SC	111.597	35.230	14.054
Sergipe	SE	40.846	114.386	101
São Paulo	SP	386.819	27.528	38.307
Tocantins	TO	44.272	119.471	48
Total		2.881.899	2.752.785	191.537

(1) Deduzidos 15% do FUNDEB.

## Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Maio	2006	23/06/2006
Junho	2006	17/07/2006
Julho	2006	28/08/2006
Agosto	2006	20/09/2006
Setembro	2006	24/10/2006
Outubro	2006	24/11/2006
Novembro	2006	20/12/2006
Dezembro	2006	13/02/2007
Janeiro	2007	05/03/2007

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3173 - Fax: (61)3412-1580  
 E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)